

1.ª CONFERÊNCIA PLENÁRIA

OS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL E O SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL

FILIPPE LOBO D'AVILA

Secretário de Estado da Administração Interna (em representação do Ministro da
Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim,
Exma. Senhora Reitora da Universidade Lusófona do Porto,
Exmo. Senhor Diretor-geral da Autoridade Marítima,
Exmos. Senhores Autarcas,
Exmo. Senhor Presidente da Mesa dos Congressos da Liga dos Bombeiros Portugueses,
Autoridades civis e académicas,
Caros participantes e convidados,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Começo por agradecer à organização, na pessoa da professora doutora Isabel Babo, Reitora da Universidade Lusófona do Porto, pelo simpático convite e felicito-a por concretizar o primeiro encontro nacional de serviços municipais de proteção civil.

Registo com grande satisfação que a comunidade académica tenha nos seus horizontes esta preocupação de aprofundar matérias que se ligam com a proteção civil.

Neste contexto, quero também agradecer a todos os que prepararam este congresso, em especial à comissão organizadora e a todos os oradores que aceitaram desenvolver conhecimentos e partilhar experiências, bem como expressar o meu reconhecimento pelo trabalho que têm vindo a desenvolver no sentido de contribuir para o debate da proteção civil.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, quero agradecer o apoio, o interesse, a colaboração e o estímulo que permitiu que este encontro fosse possível, bem como endereçar uma palavra de apreço pela disponibilização deste auditório e pelo notável contributo que esta Câmara tem dado na valorização da proteção civil.

Saúdo-o, pois, por apoiar esta iniciativa tão importante e com impacto no dia-a-dia das pessoas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com particular agrado que participo na abertura deste congresso. Espero que este evento fique marcado pelas várias sessões de trabalho, repartidas entre hoje e amanhã, afirmando-se como um encontro privilegiado de intercâmbio de informação e de experiências. Espero que se constitua como um espaço enriquecedor e motivador para todos os profissionais e partes interessadas na área da proteção civil.

Espero também que proporcione a todos os presentes uma reflexão sobre os desafios que se colocam às várias entidades responsáveis pela proteção civil.

Iniciamos hoje os trabalhos do primeiro encontro nacional dos serviços municipais de proteção civil. Com este evento pretende-se albergar no mesmo espaço a apresentação de ideias inovadoras, o debate de problemas comuns, a informação, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias e a formação de todos os intervenientes.

Pretende-se sensibilizar os participantes para uma matéria de elevada importância e proporcionar um fórum de discussão e de convívio a todos os que se dedicam a esta área.

O programa é completo e focado na proteção civil, quer a nível local, quer a nível nacional, e demonstra uma especial preocupação na formação.

A multidisciplinaridade é condição para uma formação de qualidade e, consequentemente, um serviço mais eficiente e mais eficaz. Como tal, implica necessariamente a discussão e o cruzamento de várias áreas, como, entre outros, a segurança contra incêndios em edifícios, o socorro na orla costeira, os riscos aeronáuticos, a análise e gestão do risco, a sensibilização das comunidades ou os riscos tecnológicos.

É indiscutível que a formação tem uma importância marcante no sucesso ou insucesso dos agentes de proteção civil, não só em termos de contexto global, mas também no contexto específico da prevenção de riscos. Não tenho a menor dúvida que uma formação adequada e contínua pode marcar a diferença. Pode salvar vidas. Pode salvar uma vida. Pode salvar bens.

E, nesse sentido, quero, novamente, reconhecer e enaltecer a importância deste evento.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O tema que vos trago aqui “os serviços municipais de proteção civil e o sistema nacional de proteção civil” é bastante vasto e o tempo é limitado. Como tal, abordarei várias questões de forma genérica, por forma a promover o debate e maior participação.

Como sabem, a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

De uma forma geral, a atividade de proteção civil exerce-se em vários domínios.

Na avaliação e prevenção dos riscos coletivos, na análise das vulnerabilidades perante situações de risco, na informação e sensibilização das populações, no planeamento de soluções de emergência, no estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral e na previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.

É uma atividade bastante alargada e em constante evolução. Basta pensarmos que os riscos de ontem não são seguramente os riscos de hoje. O objetivo, esse, mantém-se igual ao longo dos tempos. Proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo.

Nos últimos anos assistimos a acontecimentos trágicos que puseram em causa a segurança de pessoas e dos seus bens.

Nos últimos anos assistimos a situações de acidentes graves, catástrofes ou calamidades, de origem natural ou tecnológica.

O Tsunami de 2004 na Indonésia que vitimou mais de 250 mil pessoas. O Furacão Katrina que arrasou a cidade de Nova Orleães e matou cerca de 2000 pessoas. O Sismo do Haiti no qual morreram mais de 200 mil pessoas. Recentemente o sismo do Japão seguido de um Tsunami que destruiu por completo a cidade de Sendai.

Mas não são só as grandes catástrofes naturais que obrigam a novas e integradas visões. Recuando no tempo e pensando nos atentados de Nova Iorque, em 2001, de Madrid em 2004 ou de Londres em 2005, verificamos e confrontamo-nos com a necessidade de ter uma resposta rápida, eficaz e integrada.

Ou ainda os recentes acidentes nucleares que afetaram o Japão em 2011 e a França em 2008.

Todos estes acidentes são, ainda que internacionais, também um aviso para estarmos sempre alerta. Se há atividade onde a hesitação não tem lugar é na proteção civil.

Felizmente, em Portugal, não vivemos recentemente nenhum desses dramas. Contudo, temos sido confrontados com várias alterações dos riscos, desde logo, climatéricas.

No primeiro trimestre do ano tivemos números de ocorrências próximos da fase Charlie. Durante os meses de Inverno tivemos um número de incêndios florestais próximo dos meses considerados mais críticos.

No Domingo estive em Carnaxide, no centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, e o senhor comandante operacional de operações e socorro de Lisboa dizia-me que os homens que no dia anterior apagavam incêndios florestais foram os mesmos que durante a tarde socorriam as populações da chuva intensa que caía no Distrito de Lisboa.

A verdade é que temos que estar prevenidos para os riscos coletivos resultantes de situações de acidentes graves. Mais importante que reagir é agir. E agir pressupõe uma aposta forte e clara na prevenção.

Tendo em conta os riscos com que nos defrontamos no dia-a-dia e que estão em constante evolução, a proteção civil deve ter uma resposta imediata e articulada.

Seja num estádio, num acidente ferroviário ou rodoviário, em incêndios florestais ou tempestades, no transporte de matérias perigosas ou acidentes industriais, seja no deslizamento de terras ou em sismos, a proteção civil tem que atuar rápida e eficazmente.

E é nesse sentido que temos vindo a trabalhar. A trabalhar no sentido de garantir uma resposta eficaz e adequada em situações de proteção e socorro das pessoas e bens.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Apesar de caber ao Estado o desenvolvimento e regulação da proteção civil, este é um caminho que não se faz sozinho. É um caminho que deve privilegiar o trabalho conjunto de vários protagonistas.

As autarquias, os agentes de proteção civil e os cidadãos, todos, sem exceção. Mas também, as instituições de investigação técnica e científica são extremamente importantes na cooperação com os serviços de proteção civil.

O sucesso da proteção civil depende do trabalho conjunto destes intervenientes. A proteção civil é uma tarefa de todos para todos e só é eficaz se tiver bases sólidas.

Os cidadãos têm o direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território. Os cidadãos têm o direito a saber que medidas foram adoptadas com vista a prevenir ou minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. É fundamental que assim seja.

A informação pública prestada pelos agentes de proteção civil assume extrema importância. As populações devem ser consciencializadas das responsabilidades que recaem sobre cada instituição ou indivíduo e sensibiliza-las em matéria de autoproteção.

Nesse sentido, os serviços municipais de proteção civil são os melhores canais para chegar às populações. Os serviços municipais de proteção civil são a base do sistema nacional de proteção civil.

Primeiro, porque conhecem melhor do que ninguém a realidade da comunidade. Segundo, numa lógica de proximidade e no apoio à reposição da normalidade da vida das pessoas.

Prova disso será o princípio da subsidiariedade. A lei de bases da proteção civil estabelece patamares de decisão e mecanismos próprios de direção política. A primeira responsabilidade, a primeira avaliação, a primeira coordenação, compete em exclusivo às autarquias. O que é também o reconhecimento da importância dos serviços municipais de proteção civil no contato privilegiado com os cidadãos.

Nos últimos 10 anos, assistimos a uma enorme evolução destes serviços. Há 10 anos atrás a realidade era muito diferente dos dias de hoje. Há 10 anos atrás poucos seriam os municípios com serviços municipais de proteção civil devidamente estruturados. Há 10 anos atrás poucos seriam os municípios que investiam na formação dos funcionários dos serviços municipais de proteção civil.

Hoje podemos constatar uma aposta forte e inequívoca por parte das autarquias nos seus serviços municipais de proteção civil. O caminho inverteu-se! E ainda bem que assim foi.

Não tenho a menor dúvida que os serviços municipais de proteção civil conseguem com maior eficácia atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, bem como planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência.

Aliás, bons exemplos nesse sentido não faltam.

Nos incêndios de Tavira e de Ourém, os serviços municipais de proteção civil efetuaram um trabalho de grande importância em termos de apoio e logística, mas também na identificação das povoações em perigo.

Nas cheias que afetaram a Madeira e no furacão que atingiu o arquipélago dos Açores os serviços municipais de proteção civil foram essenciais na proteção e socorro das pessoas e bens.

Por todo o País são vários os projetos que aproximam a proteção civil dos cidadãos.

Por vezes, só perante alguns desafios maiores percebemos essa capacidade de organização e mobilização de nível municipal.

Nesse sentido, os planos municipais de emergência assumem um papel essencial. São documentos que definem e organizam o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil a nível municipal.

E, muito importante, devem permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

Na prática, estes planos municipais exprimem um conjunto de normas, procedimentos e missões, destinados a fazer face a uma situação de acidente grave ou catástrofe e a minimizar as suas consequências.

São documentos que obrigam à realização de uma consulta pública promovida pelas autarquias.

O que vem ao encontro do que referi anteriormente, isto é, os serviços municipais de proteção civil são e devem ser um canal privilegiado na informação e formação das populações, bem como na análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Portugal não é territorialmente muito grande, no entanto, tem, por vezes em distâncias muito curtas, riscos bastantes diversificados.

Não será preciso ir muito longe para verificar que as solicitações dos cidadãos são inúmeras. Aqui, na Póvoa de Varzim, a proteção civil tem que dar resposta a cenários de tempestades e inundações, mas também na vigilância das praias na época balnear e não balnear.

O serviço municipal de proteção civil tem que dar resposta a incêndios urbanos como tem que estar preparado para acidentes rodoviários.

Neste contexto, a proteção civil deve estar preparada para atuar em vários cenários. Por mais distintos que sejam.

Importa, pois, o maior conhecimento possível da realidade concreta de cada território. Importa que os serviços municipais de proteção civil conheçam os riscos que podem afetar os seus territórios. Importa que os serviços municipais de proteção civil mantenham uma atualização permanente. E é extremamente importante que se mantenha um propósito de formação e de atualização de conhecimentos por parte dos técnicos de proteção civil das autarquias. Tantas e tantas vezes, em conjunto com os bombeiros, são os primeiros a chegar e a assegurar uma resposta pronta.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

São várias as sessões de trabalho que irão decorrer nos dois dias do congresso.

Cada um dos temas mereceria um destaque especial, pela sua pertinência e pela sua atualidade. Não vou destacar nenhum em especial.

Destaco sim, o facto de todos os temas fazerem parte de uma aposta clara na formação e realço a qualidade dos conteúdos e dos seus autores.

Termino a minha intervenção, desejando a todos o maior proveito deste encontro e felicitando novamente as entidades promotoras do congresso pela atualidade do tema, mas também pela visão que demonstraram. Obrigado!